



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
"Capital Estadual da Musica Missioneira" – Lei Estadual nº.14.123/2012
"Paço Municipal Sepé Tiaraju" – Lei Municipal nº. 5.550/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – SEMAD

Registro de Publicações - SEMAD

Declaro que afixei a presente Lei/Ato **LEI 6.805, DE 2 DE JULHO DE 2024.**

administrativo no quadro de publicações da Prefeitura em 02/07/24 e que procedi a retirada no dia ____/____/20____



Servidor(a)

Altera dispositivos da Lei nº 3.986, de 2 de Agosto de 2002, que "Dispõe sobre o Sistema Viário de São Luiz Gonzaga, RS, e dá outras providências."

O Prefeito de São Luiz Gonzaga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suprimido o parágrafo único e incluídos os § 1º e 2º, no art. 1º, da Lei nº 3.986, de 2 de agosto de 2002, que passa a vigorar com o seguinte teor:

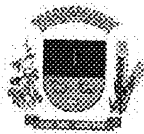
"Art. 1º (...)

§ 1º Os Projetos de vias devem estar de acordo com esta Lei, com as normas técnicas pertinentes, com a Lei de Uso e Ocupação de Solo Urbano e a Lei do Parcelamento do Solo para fins urbanos, com os Códigos de Obras e Posturas, sem Prejuízo das disposições concernentes das legislações Federal e Estadual.

§ 2º De acordo com o Anexo I do Código de Transito Brasileiro (Lei nº 9.503/97), calçadas é a parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins. E por fim, via pública consiste na superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro." (NR)

Art. 2º Fica incluído o inciso III, no art. 7º da Lei nº 3.986, de 2 de agosto de 2002, que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Doe órgãos, doe sangue, salve vidas".



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
“Capital Estadual da Musica Missioneira” – Lei Estadual nº.14.123/2012
“Paço Municipal Sepé Tiaraju” – Lei Municipal nº. 5.550/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – SEMAD

“Art. 7º (...)

(...)

III – 3,30 m (três metros e trinta centímetros) para os passeios públicos de pedestres.(NR)

(...)

Art. 3º Ficam incluídos os incisos III e IV, no art. 14 da Lei nº 3.986, de 2 de agosto de 2002, que passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 14. (...)

(...)

III - ocupação de no máximo 50% (cinquenta por cento) da testada do lote limitando a entrada máxima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para uma vaga e 4,80m (quatro metros e oitenta centímetros) para duas vagas de garagem.

IV – para os demais casos de rebaixamento de meio-fio, para acesso aos lotes, deverá ser apresentado projeto arquitetônico, elaborado por profissionais da arquitetura ou engenharia, com as devidas considerações e justificativas, a ser analisado pelo Setor de Projeto da prefeitura municipal.” (NR)

Art. 4º Fica alterada a redação do caput e do § 2º do art. 16, da Lei nº 3.986, de 2 de agosto de 2002, que passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 16. As vias de circulação sem saída, para receber tráfego de veículos, são autorizadas se providas de praça de retorno no seu término e se seu comprimento, incluído o espaço de manobras, não 100,00m (cem metros) para veículos médios e pequenos e à 76,00m (setenta e seis metros) para caminhões e ônibus, considerando as quadras padrão 132,00m x 132,00m.”

(...)

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
“Capital Estadual da Musica Missioneira” – Lei Estadual nº.14.123/2012
“Paço Municipal Sepé Tiaraju” – Lei Municipal nº. 5.550/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – SEMAD

§ 2º As praças de retorno para o tráfego de caminhões ou ônibus devem possuir raio mínimo de 20 (vinte) metros e o Comprimento Máximo da Via (L) será de 76,00m. (NR)
(...)

Art. 5º Fica alterada a redação do caput e do inciso I, do art. 19, da Lei nº 3.986, de 2 de agosto de 2002, que passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 19. É obrigatória a construção e a pavimentação dos passeios em todas as vias urbanas pavimentadas obedecendo-se à NBR 9050/2015 e, no mínimo, os seguintes requisitos:

I – larguras mínimas de acordo com as dimensões constantes da figura do art. 7º, § 3º, desta Lei; (NR)

(...)

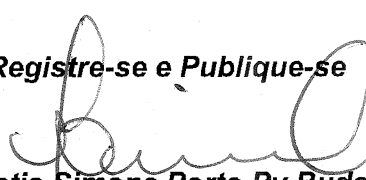
Art. 6º As demais disposições da Lei nº 3.986, de 2 de agosto de 2002 permanecem inalteradas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de julho de 2024.

SIDNEY LUIZ
BRONDANI:1
4561107053
Assinado de forma digital por SIDNEY LUIZ BRONDANI:14561107053
Dados: 2024.07.02 15:34:58 -03'00'
Sidney Luiz Brondani
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


Catia Simone Porto Py Budel
Secretária Municipal de Administração e Desenvolvimento